



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

PREGÃO ELETRÔNICO 11/2026 - RETIFICADO

ANEXO I - TERMO DE REFÊRENCIA

Definição do Objeto: Registro de Preços de switches de alto desempenho e alta disponibilidade e periféricos, conforme demanda e conforme descrição pormenorizada contida no Anexo I a este Edital.

Fundamentação da contratação:

Atualmente, o município de Santa Gertrudes conta com uma infraestrutura de interconexão implantada por meio de cabos de fibra óptica, composta integralmente por switches DATACOM, modelo DM4100. Esses equipamentos, essenciais para o funcionamento da rede, são responsáveis por interligar diferentes dispositivos, como computadores, servidores e roteadores, permitindo a comunicação eficiente entre eles dentro da rede local. Atuando como distribuidores inteligentes de dados, os switches direcionam as informações apenas aos destinos corretos, otimizando o desempenho e a segurança da rede. Os switches utilizados no município foram adquiridos mediante doação viabilizada pelo Programa Cidades Digitais, uma iniciativa do Ministério das Comunicações vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado a partir de 2013.

A completa integração com o software de monitoramento e gerenciamento de rede atualmente em uso, o Zabbix, é imprescindível para a coleta de logs provenientes dos switches DATACOM já adquiridos, possibilitando maior agilidade na detecção e resolução de incidentes. Adicionalmente, é necessária a integração com o sistema DMView, adquirido conjuntamente com os referidos equipamentos, indispensável para a supervisão abrangente dos dispositivos DATACOM, viabilizando monitoramento detalhado do status operacional, detecção proativa de falhas, análise de desempenho, gestão de inventário, descoberta automatizada de topologias de rede e geração de mapas topológicos.

Observa-se, ainda, que 100% do parque de switches utilizados na infraestrutura de interligação da rede é composto por equipamentos da marca DATACOM. Conforme as melhores práticas recomendadas na área de Tecnologia da Informação, incluindo diretrizes estabelecidas por normas como ITIL e ISO/IEC 20000, a padronização dos equipamentos ativos de rede é essencial para garantir uniformidade operacional, facilitar a manutenção, otimizar o desempenho da infraestrutura e minimizar riscos de incompatibilidade. Tal abordagem promove um ambiente de rede estável, eficiente e escalável, alinhado aos padrões internacionais de governança e gestão de serviços de TI.

Adicionalmente, a especificação da marca e do modelo dos equipamentos de rede, especificamente os switches DATACOM modelo DM4100, revela-se plenamente pertinente e justificada, encontrando respaldo nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, que regem as normas para licitações e contratos administrativos.

O artigo 40, inciso V, alínea “a”, dispõe que a definição dos requisitos técnicos deve garantir a compatibilidade com os sistemas existentes. Nesse contexto, a aquisição dos switches DATACOM modelo DM4100 assegura total compatibilidade com a infraestrutura já implantada no município, evitando riscos de incompatibilidade técnica que possam comprometer a integridade, o desempenho e a continuidade dos serviços de rede. A adoção desse modelo específico impede a necessidade de adaptações complexas ou substituições completas, o que, além de onerar o erário público, poderia ocasionar períodos de indisponibilidade e instabilidade do sistema.

O artigo 41, inciso I, alínea “a”, autoriza explicitamente a adoção de especificações técnicas que indiquem marca ou modelo específico, desde que justificadas para garantir a padronização e a interoperabilidade dos equipamentos. No presente caso, a padronização dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

equipamentos ativos da marca DATACOM é imprescindível para assegurar a uniformidade operacional da rede, facilitar a manutenção e o suporte técnico, e promover uma gestão eficiente dos ativos. A escolha pelo modelo DM4100 resulta, portanto, em ganhos significativos de eficiência operacional e redução de custos futuros, decorrentes da compatibilidade e da uniformidade da infraestrutura.

O artigo 43 reforça que, quando a especificação da marca ou modelo for necessária para assegurar a compatibilidade técnica e operacional, deve ser apresentada justificativa detalhada, evidenciando que a medida atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos. A aquisição dos switches DATACOM DM4100 atende plenamente a esses princípios, pois, além de garantir o perfeito funcionamento integrado da rede, reduz custos relacionados a treinamentos, estoques de peças e suporte técnico especializado, evitando a dispersão de soluções heterogêneas que dificultariam a gestão e a manutenção da rede. Portanto, a especificação da marca e modelo DATACOM DM4100 para os switches é não apenas legítima, mas necessária e justificável, em conformidade com a legislação vigente, garantindo a continuidade, eficiência e sustentabilidade da infraestrutura tecnológica do município.

Especificações: As especificações técnicas e quantitativos encontram-se abaixo descritas.

Locais de entrega: Serão especificados nas autorizações de fornecimento.

A licitação deverá ser feita com critério de julgamento de menor preço global do lote.

A opção pelo agrupamento dos itens em lote único justifica-se exclusivamente pela imperativa necessidade de compatibilidade técnica e garantia do perfeito funcionamento do ecossistema de rede. Dado que as fontes de alimentação e os módulos de ventilação (coolers) são componentes críticos e específicos, sua integração nativa com os switches é condição essencial para assegurar a estabilidade elétrica, o controle térmico adequado e a integridade dos circuitos internos. O fornecimento conjunto evita riscos de incompatibilidades físicas ou lógicas que poderiam comprometer a performance dos ativos e a disponibilidade da rede em anel, garantindo que todo o hardware opere em perfeita harmonia com as especificações exigidas pelo fabricante para a continuidade dos serviços municipais.

Garantia / Condições de Assistência Técnica:

Os equipamentos deverão possuir garantia integral contra defeitos de fabricação e suporte técnico especializado, incluindo o fornecimento de atualizações de firmware e software de forma vitalícia, sem qualquer ônus ou custos de licenciamento para o Município.

Para assegurar o acesso oficial à assistência técnica e ao suporte direto da fábrica, a licitante deverá comprovar obrigatoriamente ser parceira autorizada Datacom.

Em casos de necessidade de reparo ou substituição junto ao fabricante, o fornecedor deverá intermediar e garantir todo o processo logístico de forma vitalícia, viabilizando a emissão da nota fiscal de remessa para conserto em nome do Município (proprietário do bem) ou realizando o trâmite diretamente sob sua responsabilidade, assegurando a rastreabilidade e o retorno do equipamento.

Regime de Fornecimento e Justificativa para o não parcelamento

Parcelado, visto tratar-se de um registro de preços.

O parcelamento é possível visto que o pregão eletrônico será dividido em itens dentro de 01(um) lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

Descrição da solução como um todo:

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

ITEM 01. SWITCH DM4100 ETH20GT+4GC+L3

1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

- 1.1.1 Switch ethernet compatível com as seguintes características:
 - 1.1.1.1 Roteamento IP (Camada 3)
 - 1.1.1.2 Fast Ethernet (802.3u)
 - 1.1.1.3 Giga Ethernet (802.3ab, 802.3z)
- 1.1.2 Possuir no mínimo 20 portas 1GE 10/100/1000Base-T e 4 portas combo 1GE elétrica/SFP.
- 1.1.3 O equipamento deve apresentar altura de 1U, montável em rack de 19” devendo este vir acompanhado dos devidos acessórios para tal.
- 1.1.4 Suportar operação normal em temperaturas de 0 a 50°C.
- 1.1.5 Umidade Relativa 10% até 90% sem condensação.
- 1.1.6 O equipamento deverá possuir ventilação forçada e adequada à operacionalização do equipamento.
- 1.1.7 O equipamento é de primeira qualidade, novo, sem uso, de fabricação recente (fabricado no máximo a 6 meses antes da data de entrega) e com acabamento apropriado.

1.2 FONTE DE ALIMENTAÇÃO

- 1.2.1 Possuir duas fontes de alimentação, principal e redundante, removíveis, com possibilidade de alimentação AC 100V ~240V 50Hz/60Hz, ou DC 48V/60V +-20% ou 125VDC, com chaveamento automático.
- 1.2.2 As fontes de alimentação deverão internas ao chassis.
- 1.2.3 As fontes de alimentação instaladas deverão ser do tipo “hot-insertable” e “hot-removable”.
- 1.2.4 As fontes de alimentação instaladas deverão alimentar e suportar a configuração solicitada.

1.3 DESEMPENHO

- 1.3.1 O equipamento possui hardware específico com tecnologia ASICs (Application-Specific Integrated Circuits) para tratar pacotes, filtros, policies e etc.
- 1.3.2 Possuir arquitetura non-blocking, wire-speed interna.
- 1.3.3 Implementar capacidade de comutação agregada maior ou igual a 48 Gbps, entrando e saindo simultaneamente.
- 1.3.4 Capacidade de encaminhamento de pacotes de no mínimo 35Mpps, com pacotes de, no máximo 64 bytes.

1.4 CAMADA DE COMUTAÇÃO

- 1.4.1 Funcionalidades L2
- 1.4.2 Implementar no mínimo 4.094 VLANs ativas (não considerar mecanismos multiplicadores como por exemplo Q-in-Q).
- 1.4.3 Implementar no mínimo 32.000 endereços MAC.
- 1.4.4 Implementar 802.1Q Virtual Bridged LANs.
- 1.4.5 Implementar 802.1Q-in-Q (VLAN stacking).
- 1.4.6 Implementar 802.1ad (Provider Bridges).
- 1.4.7 Implementar jumbo frames (9000 Bytes).
- 1.4.8 Implementar 802.1p tagging.
- 1.4.9 Implementar 802.3x flow control.
- 1.4.10 Implementar autonegociação.
- 1.4.11 Implementar modo Full Duplex.
- 1.4.12 Implementar 802.3ad (LACP).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

- 1.4.13 Implementar 802.1D MAC Bridges.
- 1.4.14 Implementar 802.1w Rapid STP.
- 1.4.15 Implementar 802.1s Multiple Spanning Trees.
- 1.4.16 Implementar listas de acesso layer 2 em HW.
- 1.4.17 Implementar 802.1ab Link Layer Discovery Protocol (LLDP).
- 1.4.18 Implementar dual-mode VLANs, isto é, VLANs cujas portas podem trabalhar simultaneamente no modo “tagged” e “untagged”.
- 1.4.19 Implementar o tunelamento de protocolo L2 - STP e derivados.
- 1.4.20 Implementar controle do recebimento/filtragem de BPDU (BPDU Guard e Filtering).
- 1.4.21 Implementar entradas estáticas na tabela ARP.
- 1.4.22 Implementar Port-Based VLAN, com possibilidade de overlap de portas.
- 1.4.23 Deverá Implementar recurso de VLANs baseada em: Protocol-Based e MAC-Based.
- 1.4.24 Deverá reescrever, incluir ou retirar VLAN IDs do Frame Ethernet.
- 1.4.25 Implementar "Aging" de L2 (MAC)
- 1.4.26 Implementar definição de "Aging" por inatividade ou por tempo absoluto.
- 1.4.27 Implementar definição de VLAN em VLAN, seguindo IEEE802.1ad ou IEEE802.1QinQ.
- 1.4.28 Implementar IEEE 802.1QinQ seletivo.
- 1.4.29 Implementar tradução de VLANs (S-VLAN e C-VLAN).
- 1.5 MULTICAST**
- 1.5.1 Implementar Multicast IPv4 / IPv6.
- 1.5.2 Implementar no mínimo 1000 grupos Multicast L2.
- 1.5.3 Implementar no mínimo 4000 grupos Multicast L3 (IPv4).
- 1.5.4 Implementar no mínimo 2000 grupos Multicast L3 (IPv6).
- 1.5.5 Implementar RFC 1112 IGMP.
- 1.5.6 Implementar RFC 2236 IGMP v2.
- 1.5.7 Implementar RFC 3376 IGMP v3.
- 1.6 FUNCIONALIDADES L3**
- 1.6.1 Implementar a configuração de rotas estáticas.
- 1.6.2 Implementar redistribuição de rotas entre diferentes protocolos.
- 1.6.3 Implementar geração de logs dos protocolos.
- 1.6.4 Implementar e suportar os seguintes protocolos:
- 1.6.5 RFC 1723 ou RFC 2453 (RIPv2);
- 1.6.6 RFC 2328 (OSPFv2);
- 1.6.7 RFC 1587 ou RFC 3101 (OSPF NSSA);
- 1.6.8 Implementa RFC 2370 OSPF Opaque LSA Option.
- 1.6.9 Implementar RFC 3137 OSPF Stub Router Advertisement.
- 1.6.10 RFC 3623 Graceful OSPF Restart;
- 1.6.11 Implementar RFC 3630 Traffic Engineering (TE) Extensions to OSPF Version 2.
- 1.6.12 Implementar RFC 3021 - Using 31 - Bit Prefixes.
- 1.6.13 Implementar NSR para OSPFv2.
- 1.6.14 pelo menos 8 áreas OSPFv2;
- 1.6.15 pelo menos 15 adjacências OSPFv2;
- 1.6.16 Implementar autenticação via "simple-password" e/ou "MD5";
- 1.6.17 Implementar e suportar RFC 2338 ou RFC 3768 – VRRP para IPv4 (Virtual Router Redundancy Protocol) ou funcionalidade similar.
- 1.6.18 Implementar RFC 4271 BGPv4.
- 1.6.19 Implementar RFC 1997 Communities and Attributes.
- 1.6.20 Implementar RFC 2385 TCP MD5 Signature Option.
- 1.6.21 Implementar RFC 2796 BGP Route Reflector.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

- 1.6.22 Implementar RFC 5492 Capability Advertisement with BGP-4.
- 1.6.23 Implementar RFC 4360 BGP Extended Communities Attribute.
- 1.6.24 Implementar RFC 2918 Route Refresh Capability.
- 1.6.25 Implementar RFC 4893 BGP Support for Four-octet AS Number Space.
- 1.6.26 Implementar RFC 5065 Autonomous System Confederations for BGP.
- 1.6.27 Implementar RFC 4760 MP-BGP – Multiprotocol Extensions for BGP-4.
- 1.6.28 Implementar NSR (Non-stop Routing) para BGP.
- 1.6.29 Implementar RFC 4724 Graceful Restart Mechanism for BGP.
- 1.6.30 Implementar definição de políticas de controle dos anúncios BGP.
- 1.6.31 Implementar aplicação de expressões regulares para filtragem de anúncios.
- 1.6.32 Quando operar como um equipamento L3, a capacidade mínima de rotas IPV4:
- 12k.
- 1.6.33 Quando operar como um equipamento L3, a capacidade mínima de rotas IPV6: 6k.
- 1.6.34 Implementa o switching de nível 3 (três) em Wire Speed.
- 1.7 IPV6**
- 1.7.1 Implementar RFC 2710 Multicast Listener Discovery (MLD) for IPv6.
- 1.7.2 Implementar RFC 3810 Multicast Listener Discovery Version 2 (MLDv2) for IPv6.
- 1.7.3 Implementar telnet e ssh sobre IPv6 para gerência do equipamento.
- 1.7.4 Implementar RFC 2460 IPv6 Specification.
- 1.7.5 Implementar RFC 2461 IPv6 Neighbor Discovery.
- 1.7.6 Implementar RFC 2462 IPv6 Stateless Address Auto-Configuration.
- 1.7.7 Implementar RFC 4443 ICMPv6.
- 1.7.8 Implementar RFC 4291 IPv6 Addressing Architecture.
- 1.7.9 Implementar RFC 3587 IPv6 Global Unicast Address Format.
- 1.7.10 Implementar RFC 2464 Transmission of IPv6 over Ethernet Networks.
- 1.7.11 Implementar RFC 4213 Transition Mechanisms for IPv6 Hosts and Routers - Dual IP Layer.
- 1.7.12 Implementar RFC 2740 OSPF for IPv6 (OSPFv3).
- 1.7.13 Implementar PIM SM para IPv6 - RFC 4601.
- 1.7.14 Implementar PIM SSM para IPv6 - RFC 3569.
- 1.7.15 Implementar Multicast IPv6.
- 1.8 OAM**
- 1.8.1 Implementar Ethernet Link OAM IEEE 802.3ah.
- 1.8.2 Implementar Ethernet CFM IEEE 802.1ag.
- 1.8.3 Implementar Ethernet Y.1731.
- 1.8.4 Implementar Ethernet LMI.
- 1.9 MEF
- 1.9.1 Conformidade com o padrão MEF 9 - Abstract Test Suite for Ethernet Services at the UNI.
- 1.9.2 Conformidade com o padrão MEF 14 - Abstract Test Suite for Traffic Management Phase 1.
- 1.9.3 Conformidade com o padrão MEF 2.0.
- 1.10 CARACTERÍSTICAS GERAIS DE INTERFACE**
- 1.10.1 Suportar interface 1GE IEEE 802.3z para fibra óptica.
- 1.10.2 Suportar transceiver para fibra multimodo - 1000BASE-SX.
- 1.10.3 Suportar transceiver para fibra monomodo - 1000BASE-LX, EX e ZX
- 1.10.4 Suportar portas UTP, 1000BASE-T - padrão IEEE 802.3ab.
- 1.10.5 Suportar transceiver para fibra monomodo - 1000BASEBX10 e 1000BASE-BX10-U para aplicações bidirecionais em fibra única.
- 1.10.6 Implementar contadores de frames recebidos e descartados para interfaces 1GE.
- 1.10.7 Implementar agregação de enlaces Ethernet 1GE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

- 1.10.8 Implementar agregação de pelo menos 8 interfaces.
- 1.10.9 Implementar Auto-MDIX (automatic medium-dependent interface crossover) para as portas elétricas.
- 1.10.10 Implementar no mínimo 128 grupos de interfaces agregadas por sistema.
- 1.10.11 Implementar o Link Flap Detection. Utilizado para detectar interfaces que continuamente sinalizam “Up” e “Down” devido a algum problema.
- 1.11 QoS**
 - 1.11.1 Implementar QoS do nível L2 até L4.
 - 1.11.2 Implementar priorização de tráfego (QoS) por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP.
 - 1.11.3 Implementar RFC 2474 - Definition of the Differentiated Services Field (DS Field) in the IPv4 and IPv6 Headers.
 - 1.11.4 Implementar DiffServ - RFC 2475 - An Architecture for Differentiated Services.
 - 1.11.5 Implementar RFC 2474 DiffServ Precedence, including 8 queues/port.
 - 1.11.6 Implementar RFC 2598 DiffServ Expedited Forwarding (EF).
 - 1.11.7 Implementar RFC 2597 DiffServ Assured Forwarding (AF).
 - 1.11.8 Implementar RFC 2475 DiffServ Core and Edge Router Functions.
 - 1.11.9 Implementar pelo menos 8 filas de QoS (em hardware) por porta.
 - 1.11.10 Deverá implementar o Rate Shapping Bidirecional (Ingress e Egress) com granularidade a partir de 64K bit/s por porta.
 - 1.11.11 Implementar Egress Shaping.
 - 1.11.12 Implementar Ingress Policing.
 - 1.11.13 Implementar mecanismos para avaliação dos pacotes que excederem a especificação de banda, configurando ações tais como: transmissão sem modificação, transmissão com remarcação e descarte.
 - 1.11.14 Implementar RFC 2697 A Single Rate Three Color Marker.
 - 1.11.15 Implementar configuração de 2 rate 3 color policer ou shaper - RFC2698 - A Two Rate Three Color Marker.
 - 1.11.16 Implementar mecanismo de priorização baseado em classes.
 - 1.11.17 Implementar mecanismos de QoS Strict Priority, WFQ (Weighted Fair Queuing) e WRR (Weighted Round Robin).
 - 1.11.18 Implementar WRED - Weighted Random Early Detection.
 - 1.11.19 Implementar funcionalidades de controle e limitação de tráfego com garantia de banda por classe de serviço.
 - 1.11.20 Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em endereço de origem.
 - 1.11.21 Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em porta de origem.
 - 1.11.22 Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em endereço de destino.
 - 1.11.23 Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em porta de destino.
 - 1.11.24 Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em marcação DSCP.
 - 1.11.25 Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em marcação IP Precedence.
 - 1.11.26 Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em CoS (“Class of Service” – nível 2).
 - 1.11.27 Implementar funcionalidade que permita o mapeamento do tráfego via lista de controle.
 - 1.11.28 Implementar aplicação de políticas de QoS em todas as portas físicas do equipamento.
 - 1.11.29 A aplicação de features de QoS e Rate shaping não deve causar impactos significativos no sistema, a ponto de degradar os serviços.
 - 1.11.30 Implementar a leitura, classificação e remarcação de QoS (802.1p e DSCP).
- 1.12 GERENCIAMENTO**
 - 1.12.1 Os Switches deverão possuir pelo menos uma porta serial RS-232 para acesso ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

equipamento, via console com conector DB-9 ou RJ45.

1.12.2 A Memória Flash instalada deve ser suficiente para comportar no mínimo duas imagens do Sistema Operacional simultaneamente, permitindo que seja feito um upgrade de Software e a imagem anterior seja mantida.

1.12.3 Implementar os seguintes grupos de RMON através da RFC1757: History, Statistics, Alarms e Events.

1.12.4 Deverá armazenar simultaneamente mais de uma configuração do equipamento em memórias tipo Flash ou disco rígido.

1.12.5 Deverá realizar o upload e download da configuração.

1.12.6 Implementar SNMPv2c.

1.12.7 Implementar SNMPv3.

1.12.8 Implementar pelo menos os seguintes níveis de segurança para SNMPv3: Com autenticação e sem privacidade, com autenticação e com privacidade.

1.12.9 Implementar SSH v2 server.

1.12.10 Implementar cópia de arquivos de configuração e imagens de firmware usando no mínimo um dos seguintes protocolos: TFTP/FTP/SFTP/SCP.

1.12.11 Implementar gerência fora de banda por interface dedicada.

1.12.12 Deverá possuir interface console padrão RS232 (EIA/TIA 561 – conector RJ45), ou disponibilizar adaptador, na quantidade de portas console, que atenda esse padrão.

1.12.13 Caso o equipamento possua funcionalidade de acesso por Telnet ou via HTTP, o equipamento deverá permitir que estas sejam desabilitadas, através de configuração, sem prejuízo às demais funcionalidades do mesmo.

1.12.14 Implementar criação de listas de acesso baseadas em endereços IP para limitar o acesso ao elemento de rede via Telnet ou SSH, possibilitando a definição dos endereços IP de origem das respectivas sessões:

1.12.15 Implementar comandos de depuração.

1.12.16 Implementar recursos de segurança conforme IEEE 802.1X.

1.12.17 Implementar RFC 854 Telnet client and server.

1.12.18 Implementar RFC 2131 BOOTP/DHCP relay.

1.12.19 Implementar RFC 1157 SNMPv1.

1.12.20 Implementar RFC 1212, RFC 1215 MIB-II, Ethernet-Like MIB & TRAPs.

1.12.21 Implementar RFC 1573 Evolution of Interfaces Group of MIB II.

1.12.22 Implementar RFC 1650 Ethernet-Like MIB (update of RFC 1213 for SNMPv2).

1.12.23 Implementar RFC 1901 – 1908 SNMP Version 2c, SMIV2 and Revised MIB-II.

1.12.24 Implementar RFC 2570 – 2575 SNMPv3, user based security, encryption and authentication.

1.12.25 Implementar RFC 2576 Coexistence between SNMP Version 1, Version 2- and Version3.

1.12.26 Implementar RFC 2665 Ethernet-Like-MIB.

1.12.27 Implementar RFC 2674 802.1p / 802.1Q MIBs.

1.12.28 Implementar RFC 2233 Interface MIB.

1.12.29 Implementar restrição de encaminhamento de frames somente para MACs específicos, aprendidos dinamicamente (port security).

1.12.30 Implementar restrição de encaminhamento de frames somente para MACs específicos, definidos estáticamente (port security).

1.12.31 Implementar DHCP Helper Address (definição de endereço de servidor DHCP).

1.12.32 Implementar DHCP Relay, com inserção de informações (option 82).

1.12.33 Implementar desativação de MAC Learning por interface.

1.12.34 Implementar desativação de MAC Learning por VLAN.

1.12.35 Implementar espelhamento de tráfego para portas locais.

1.12.36 Implementar espelhamento de tráfego para portas remotas (em outros equipamentos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

- 1.12.37 Implementar no mínimo 4 sessões simultâneas de espelhamento de tráfego.
- 1.12.38 Implementar mecanismo de isolamento de comunicação entre interfaces da mesma VLAN/Bridge Domain.
- 1.12.39 Implementar reescrever, incluir ou retirar VLAN IDs do Frame Ethernet.
- 1.12.40 Implementar monitoração do uso de CPU do processador via SNMP.
- 1.12.41 Implementar monitoração do uso de memória do processador via SNMP.
- 1.12.42 Implementar monitoração do uso de CPU do processador via comando de operação.
- 1.12.43 Implementar monitoração do uso de memória do processador via comando de operação.
- 1.12.44 Implementar menos 2000 listas de controle de tráfego (ACLs) para Ipv4.
- 1.12.45 Implementar listas de controle complexas sem perda de desempenho.
- 1.12.46 Implementar contadores para as listas de acesso.
- 1.12.47 Implementar listas de acesso para o tráfego entrante e saindo.

1.13 SEGURANÇA

- 1.13.1 Implementar Syslog Local e Remoto, com capacidade de armazenamento de no mínimo 300 mensagens locais.
- 1.13.2 Implementar múltiplos servidores Syslog remotos.
- 1.13.3 Implementar RFC 1492 TACACS+.
- 1.13.4 Implementar RFC 2138 RADIUS Authentication.
- 1.13.5 Implementar RFC 2139 RADIUS Accounting.
- 1.13.6 Implementar autenticação dos administradores de rede usando RADIUS e TACACS+.
- 1.13.7 Implementar mecanismos de AAA (Authentication, Authorization e Accounting) com garantia de entrega.
- 1.13.8 Implementar mecanismo para controlar quais comandos usuários ou grupos de usuários podem emitir.
- 1.13.9 Implementar autenticação mútua entre o servidor AAA e o cliente AAA.
- 1.13.10 Implementar recursos de segurança conforme IEEE 802.1X.
- 1.13.11 Suportar a autenticação de múltiplos usuários via 802.1x, sendo 1024 usuários por equipamento e 256 usuários por porta.
- 1.13.12 Implementar RFC 1305 Network Time Protocol (Version 3) ou RFC 2030 –Simple Network Time Protocol (version 4).
- 1.13.13 Implementar o policiamento ou controle de acesso ao plano de controle.
- 1.13.14 Implementar recursos contra ataques do tipo Denial of Service.
- 1.13.15 Todos os requisitos, exceção àqueles de capacidade (prefixo IP e MAC), devem ser atendidos de forma concomitante, ou seja, a conformidade de um requisito não pode afetar a disponibilidade dos demais.
- 1.13.16 Implementar limites máximos de MAC por interface.
- 1.13.17 Implementar limites máximos de MAC por VLAN/bridge domain.
- 1.13.18 Deverá Implementar os mecanismos de proteção aos protocolos L2 contra ataques de rede com limitação de banda para tráfegos de broadcast (storm), multicast e destination lookup failure (DLF). Quando um Mac de destino não se encontra na tabela FDB ocorre o DLF e então o pacote é descartado.
- 1.13.19 Implementar taxa máxima de Broadcast, Multicast e Unicast-desconhecido controlada por porta (storm control).

1.14 SUPORTE

- 1.14.1 Durante a vigência da garantia, o suporte técnico, disponibilização de atualizações de firmware e possíveis manutenção em assistência técnica/fábrica deverão ser prestadas pelo fabricante do produto. O suporte técnico remoto, em horário comercial (8x5) e disponibilização de atualizações de firmware, não devem ser cobradas, inclusive, após o período da vigência da garantia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

ITEM 02 - DM4100 ETH24GX+4GX+L3

2.1. Características Gerais

- 2.1.1. Switch ethernet compatível com as seguintes características:
- 2.1.2. Roteamento IP (Camada 3)
- 2.1.3. Fast Ethernet (802.3u)
- 2.1.4. Giga Ethernet (802.3ab, 802.3z)
- 2.1.5. Possuir no mínimo 28 portas 1GE 1000Base-X SFP.
- 2.1.6. O equipamento deve apresentar altura de 1U, montável em rack de 19” devendo este vir acompanhado dos devidos acessórios para tal.
- 2.1.7. Suportar operação normal em temperaturas de 0 a 50°C.
- 2.1.8. Umidade Relativa 10% até 90% sem condensação.
- 2.1.9. O equipamento deverá possuir ventilação forçada e adequada à operacionalização do equipamento.
- 2.1.10. O equipamento é de primeira qualidade, novo, sem uso, de fabricação recente (fabricado no máximo a 6 meses antes da data de entrega) e com acabamento apropriado.

2.2. Fonte De Alimentação

- 2.2.1. Possuir duas fontes de alimentação, principal e redundante, removíveis, com possibilidade de alimentação AC 100V ~240V 50Hz/60Hz, ou DC 48V/60V +-20% ou 125VDC, com chaveamento automático.
- 2.2.2. A fonte de alimentação instalada é interna ao chassis.
- 2.2.3. A fonte de alimentação instalada é do tipo “hot-insertable” e “hot-removable”.
- 2.2.4. A fonte de alimentação instalada alimenta e suporta a configuração solicitada.

2.3. Desempenho

- 2.3.1. O equipamento possui hardware específico com tecnologia ASICs (Application-Specific Integrated Circuits) para tratar pacotes, filtros, policies e etc.
- 2.3.2. Possuir arquitetura non-blocking, wire-speed interna.
- 2.3.3. Implementar capacidade de comutação agregada maior ou igual a 48 Gbps, entrando e saindo simultaneamente.
- 2.3.4. Capacidade de encaminhamento de pacotes de no mínimo 35Mpps, com pacotes de, no máximo 64 bytes.

2.4. Funcionalidades L2

- 2.4.1. Implementar no mínimo 4.094 VLANs ativas (não considerar mecanismos multiplicadores como por exemplo Q-in-Q).
- 2.4.2. Implementar no mínimo 32.000 endereços MAC.
- 2.4.3. Implementar 802.1Q Virtual Bridged LANs.
- 2.4.4. Implementar 802.1Q-in-Q (VLAN stacking).
- 2.4.5. Implementar 802.1ad (Provider Bridges).
- 2.4.6. Implementar jumbo frames (9000 Bytes).
- 2.4.7. Implementar 802.1p tagging.
- 2.4.8. Implementar 802.3x flow control.
- 2.4.9. Implementar autonegociação.
- 2.4.10. Implementar modo Full Duplex.
- 2.4.11. Implementar 802.3ad (LACP).
- 2.4.12. Implementar 802.1D MAC Bridges.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

- 2.4.13. Implementar 802.1w Rapid STP.
- 2.4.14. Implementar 802.1s Multiple Spanning Trees.
- 2.4.15. Implementar listas de acesso layer 2 em HW.
- 2.4.16. Implementar 802.1ab Link Layer Discovery Protocol (LLDP).
- 2.4.17. Implementar dual-mode VLANs, isto é, VLANs cujas portas podem trabalhar simultaneamente no modo “tagged” e “untagged”.
- 2.4.18. Implementar o tunelamento de protocolo L2 - STP e derivados.
- 2.4.19. Implementar controle do recebimento/filtragem de BPDU (BPDU Guard e Filtering).
- 2.4.20. Implementar entradas estáticas na tabela ARP.
- 2.4.21. Implementar Port-Based VLAN, com possibilidade de overlap de portas.
- 2.4.22. Deverá Implementar recurso de VLANs baseada em: Protocol-Based e MAC-Based.
- 2.4.23. Deverá reescrever, incluir ou retirar VLAN IDs do Frame Ethernet.
- 2.4.24. Implementar "Aging" de L2 (MAC)
- 2.4.25. Implementar definição de "Aging" por inatividade ou por tempo absoluto.
- 2.4.26. Implementar definição de VLAN em VLAN, seguindo IEEE802.1ad ou IEEE802.1QinQ.
- 2.4.27. Implementar IEEE 802.1QinQ seletivo.
- 2.4.28. Implementar tradução de VLANs (S-VLAN e C-VLAN).
- 2.5. Multicast**
 - 2.5.1. Implementar Multicast IPv4 / IPv6.
 - 2.5.2. Implementar no mínimo 1000 grupos Multicast L2.
 - 2.5.3. Implementar no mínimo 4000 grupos Multicast L3 (IPv4).
 - 2.5.4. Implementar no mínimo 2000 grupos Multicast L3 (IPv6).
 - 2.5.5. Implementar RFC 1112 IGMP.
 - 2.5.6. Implementar RFC 2236 IGMP v2.
 - 2.5.7. Implementar RFC 3376 IGMP v3.
- 2.6. Funcionalidades L3**
 - 2.6.1. Implementar a configuração de rotas estáticas.
 - 2.6.2. Implementar redistribuição de rotas entre diferentes protocolos.
 - 2.6.3. Implementar geração de logs dos protocolos.
 - 2.6.4. Implementar e suportar os seguintes protocolos:
 - 2.6.5. RFC 1723 ou RFC 2453 (RIPv2);
 - 2.6.6. RFC 2328 (OSPFv2);
 - 2.6.7. RFC 1587 ou RFC 3101 (OSPF NSSA);
 - 2.6.8. Implementa RFC 2370 OSPF Opaque LSA Option.
 - 2.6.9. Implementar RFC 3137 OSPF Stub Router Advertisement.
 - 2.6.10. RFC 3623 Graceful OSPF Restart;
 - 2.6.11. Implementar RFC 3630 Traffic Engineering (TE) Extensions to OSPF Version
 - 2.6.12. Implementar RFC 3021 - Using 31 - Bit Prefixes.
 - 2.6.13. Implementar NSR para OSPFv2.
 - 2.6.14. pelo menos 8 áreas OSPFv2;
 - 2.6.15. pelo menos 15 adjacências OSPFv2;
 - 2.6.16. Implementar autenticação via "simple-password" e/ou "MD5";
 - 2.6.17. Implementar e suportar RFC 2338 ou RFC 3768 – VRRP para IPv4 (Virtual Router Redundancy Protocol) ou funcionalidade similar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

- 2.6.18. Implementar RFC 4271 BGPv4.
- 2.6.19. Implementar RFC 1997 Communities and Attributes.
- 2.6.20. Implementar RFC 2385 TCP MD5 Signature Option.
- 2.6.21. Implementar RFC 2796 BGP Route Reflector.
- 2.6.22. Implementar RFC 5492 Capability Advertisement with BGP-4.
- 2.6.23. Implementar RFC 4360 BGP Extended Communities Attribute.
- 2.6.24. Implementar RFC 2918 Route Refresh Capability.
- 2.6.25. Implementar RFC 4893 BGP Support for Four-octet AS Number Space.
- 2.6.26. Implementar RFC 5065 Autonomous System Confederations for BGP.
- 2.6.27. Implementar RFC 4760 MP-BGP – Multiprotocol Extensions for BGP-4.
- 2.6.28. Implementar NSR (Non-stop Routing) para BGP.
- 2.6.29. Implementar RFC 4724 Graceful Restart Mechanism for BGP.
- 2.6.30. Implementar definição de políticas de controle dos anúncios BGP.
- 2.6.31. Implementar aplicação de expressões regulares para filtragem de anúncios.
- 2.6.32. Quando operar como um equipamento L3, a capacidade mínima de rotas IPv4: 12k.
- 2.6.33. Quando operar como um equipamento L3, a capacidade mínima de rotas IPv6: 6k
- 2.6.34. Implementa o switching de nível 3 (três) em Wire Speed.
- 2.7. IPv6**
- 2.7.1. Implementar RFC 2710 Multicast Listener Discovery (MLD) for IPv6.
- 2.7.2. Implementar RFC 3810 Multicast Listener Discovery Version 2 (MLDv2) for IPv6
- 2.7.3. Implementar telnet e ssh sobre IPv6 para gerência do equipamento.
- 2.7.4. Implementar RFC 2460 IPv6 Specification.
- 2.7.5. Implementar RFC 2461 IPv6 Neighbor Discovery.
- 2.7.6. Implementar RFC 2462 IPv6 Stateless Address Auto-Configuration.
- 2.7.7. Implementar RFC 4443 ICMPv6.
- 2.7.8. Implementar RFC 4291 IPv6 Addressing Architecture.
- 2.7.9. Implementar RFC 3587 IPv6 Global Unicast Address Format.
- 2.7.10. Implementar RFC 2464 Transmission of IPv6 over Ethernet Networks.
- 2.7.11. Implementar RFC 4213 Transition Mechanisms for IPv6 Hosts and Routers
- Dual IP Layer.
- 2.7.12. Implementar RFC 2740 OSPF for IPv6 (OSPFv3).
- 2.7.13. Implementar PIM SM para IPv6 - RFC 4601.
- 2.7.14. Implementar PIM SSM para IPv6 - RFC 3569.
- 2.7.15. Implementar Multicast IPv6.
- 2.8. OAM**
- 2.8.1. Implementar Ethernet Link OAM IEEE 802.3ah.
- 2.8.2. Implementar Ethernet CFM IEEE 802.1ag.
- 2.8.3. Implementar Ethernet Y.1731.
- 2.8.4. Implementar Ethernet LMI.
- 2.9. MEF**
- 2.9.1. Conformidade com o padrão MEF 9 - Abstract Test Suite for Ethernet Services at the UNI.
- 2.9.2. Conformidade com o padrão MEF 14 - Abstract Test Suite for Traffic Management Phase 1.
- 2.9.3. Conformidade com o padrão MEF 2.0.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

2.10. Características Gerais De Interface

- 2.10.1. Suportar interface 1GE IEEE 802.3z para fibra óptica.
- 2.10.2. Suportar transceiver para fibra multimodo - 1000BASE-SX.
- 2.10.3. Suportar transceiver para fibra monomodo - 1000BASE-LX, EX e ZX
- 2.10.4. Suportar portas UTP, 1000BASE-T - padrão IEEE 802.3ab.
- 2.10.5. Suportar transceiver para fibra monomodo - 1000BASEBX10 e 1000BASE-BX10-U para aplicações bidirecionais em fibra única.
- 2.10.6. Implementar contadores de frames recebidos e descartados para interfaces 1GE.
- 2.10.7. Implementar agregação de enlaces Ethernet 1GE.
- 2.10.8. Implementar agregação de pelo menos 8 interfaces.
- 2.10.9. Implementar Auto-MDIX (automatic medium-dependent interface crossover) para as portas elétricas.
- 2.10.10. Implementar no mínimo 128 grupos de interfaces agregadas por sistema.
- 2.10.11. Implementar o Link Flap Detection. Utilizado para detectar interfaces que continuamente sinalizam “Up” e “Down” devido a algum problema.

2.11. QoS

- 2.11.1. Implementar QoS do nível L2 até L4.
- 2.11.2. Implementar priorização de tráfego (QoS) por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP.
- 2.11.3. Implementar RFC 2474 - Definition of the Differentiated Services Field (DS Field) in the IPv4 and IPv6 Headers.
- 2.11.4. Implementar DiffServ - RFC 2475 - An Architecture for Differentiated Services.
- 2.11.5. Implementar RFC 2474 DiffServ Precedence, including 8 queues/port.
- 2.11.6. Implementar RFC 2598 DiffServ Expedited Forwarding (EF).
- 2.11.7. Implementar RFC 2597 DiffServ Assured Forwarding (AF).
- 2.11.8. Implementar RFC 2475 DiffServ Core and Edge Router Functions.
- 2.11.9. Implementar pelo menos 8 filas de QoS (em hardware) por porta.
- 2.11.10. Deverá implementar o Rate Shapping Bidirecional (Ingress e Egress) com granularidade a partir de 64K bit/s por porta.
- 2.11.11. Implementar Egress Shaping.
- 2.11.12. Implementar Ingress Policing.
- 2.11.13. Implementar mecanismos para avaliação dos pacotes que excederem a especificação de banda, configurando ações tais como: transmissão sem modificação, transmissão com remarcação e descarte.
- 2.11.14. Implementar RFC 2697 A Single Rate Three Color Marker.
- 2.11.15. Implementar configuração de 2 rate 3 color policer ou shaper - RFC2698 - A Two Rate Three Color Marker.
- 2.11.16. Implementar mecanismo de priorização baseado em classes.
- 2.11.17. Implementar mecanismos de QoS Strict Priority, WFQ(Weighted Fair Queuing) e WRR (Weighted Round Robin).
- 2.11.18. Implementar WRED - Weighted Random Early Detection.
- 2.11.19. Implementar funcionalidades de controle e limitação de tráfego com garantia de banda por classe de serviço.
- 2.11.20. Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em endereço de origem.
- 2.11.21. Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em porta de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

origem.

2.11.22. Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em endereço de destino.

2.11.23. Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em porta de destino.

2.11.24. Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em marcação DSCP.

2.11.25. Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em marcação IP Precedence.

2.11.26. Implementar classificação e marcação de pacotes baseada em CoS (“Class of Service” – nível 2).

2.11.27. Implementar funcionalidade que permita o mapeamento do tráfego via lista de controle.

2.11.28. Implementar aplicação de políticas de QoS em todas as portas físicas do equipamento.

2.11.29. A aplicação de features de QoS e Rate shaping não deve causar impactos significativos no sistema, a ponto de degradar os serviços.

2.11.30. Implementar a leitura, classificação e remarcação de QoS (802.1p e DSCP).

2.12. Gerenciamento

2.12.1. Os Switches deverão possuir pelo menos uma porta serial RS-232 para acesso ao equipamento, via console com conector DB-9 ou RJ45.

2.12.2. A Memória Flash instalada deve ser suficiente para comportar no mínimo duas imagens do Sistema Operacional simultaneamente, permitindo que seja feito um upgrade de Software e a imagem anterior seja mantida.

2.12.3. Implementar os seguintes grupos de RMON através da RFC1757: History, Statistics, Alarms e Events.

2.12.4. Deverá armazenar simultaneamente mais de uma configuração do equipamento em memórias tipo Flash ou disco rígido.

2.12.5. Deverá realizar o upload e download da configuração.

2.12.6. Implementar SNMPv2c.

2.12.7. Implementar SNMPv3.

2.12.8. Implementar pelo menos os seguintes níveis de segurança para SNMPv3: Com autenticação e sem privacidade, com autenticação e com privacidade.

2.12.9. Implementar SSH v2 server.

2.12.10. Implementar cópia de arquivos de configuração e imagens de firmware usando no mínimo um dos seguintes protocolos: TFTP/FTP/SFTP/SCP.

2.12.11. Implementar gerência fora de banda por interface dedicada.

2.12.12. Deverá possuir interface Console padrão RS232 (EIA/TIA 561 – conector RJ45), ou disponibilizar adaptador, na quantidade de portas console, que atenda esse padrão.

2.12.13. Caso o equipamento possua funcionalidade de acesso por Telnet ou via HTTP, o equipamento deverá permitir que estas sejam desabilitadas, através de configuração, sem prejuízo às demais funcionalidades do mesmo.

2.12.14. Implementar criação de listas de acesso baseadas em endereços IP para limitar o acesso ao elemento de rede via Telnet ou SSH, possibilitando a definição dos endereços IP de origem das respectivas sessões:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

- 2.12.15. Implementar comandos de depuração.
- 2.12.16. Implementar recursos de segurança conforme IEEE 802.1X.
- 2.12.17. Implementar RFC 854 Telnet client and server.
- 2.12.18. Implementar RFC 2131 BOOTP/DHCP relay.
- 2.12.19. Implementar RFC 1157 SNMPv1.
- 2.12.20. Implementar RFC 1212, RFC 1215 MIB-II, Ethernet-Like MIB & TRAPs.
- 2.12.21. Implementar RFC 1573 Evolution of Interfaces Group of MIB II.
- 2.12.22. Implementar RFC 1650 Ethernet-Like MIB (update of RFC 1213 for SNMPv2).
- 2.12.23. Implementar RFC 1901 – 1908 SNMP Version 2c, SMIV2 and Revised MIB-II.
- 2.12.24. Implementar RFC 2570 – 2575 SNMPv3, user based security, encryption and authentication.
- 2.12.25. Implementar RFC 2576 Coexistence between SNMP Version 1, Version 2- and Version3.
- 2.12.26. Implementar RFC 2665 Ethernet-Like-MIB.
- 2.12.27. Implementar RFC 2674 802.1p / 802.1Q MIBs.
- 2.12.28. Implementar RFC 2233 Interface MIB.
- 2.12.29. Implementar restrição de encaminhamento de frames somente para MACs específicos, aprendidos dinamicamente (port security).
- 2.12.30. Implementar restrição de encaminhamento de frames somente para MACs específicos, definidos estáticamente (port security).
- 2.12.31. Implementar DHCP Helper Address (definição de endereço de servidor DHCP).
- 2.12.32. Implementar DHCP Relay, com inserção de informações (option 82).
- 2.12.33. Implementar desativação de MAC Learning por interface.
- 2.12.34. Implementar desativação de MAC Learning por VLAN.
- 2.12.35. Implementar espelhamento de tráfego para portas locais.
- 2.12.36. Implementar espelhamento de tráfego para portas remotas (em outros equipamentos).
- 2.12.37. Implementar no mínimo 4 sessões simultâneas de espelhamento de tráfego.
- 2.12.38. Implementar mecanismo de isolamento de comunicação entre interfaces da mesma VLAN/Bridge Domain.
- 2.12.39. Implementar reescrever, incluir ou retirar VLAN IDs do Frame Ethernet.
- 2.12.40. Implementar monitoração do uso de CPU do processador via SNMP.
- 2.12.41. Implementar monitoração do uso de memória do processador via SNMP.
- 2.12.42. Implementar monitoração do uso de CPU do processador via comando de operação.
- 2.12.43. Implementar monitoração do uso de memória do processador via comando de operação.
- 2.12.44. Implementar menos 2000 listas de controle de tráfego (ACLs) para Ipv4.
- 2.12.45. Implementar listas de controle complexas sem perda de desempenho.
- 2.12.46. Implementar contadores para as listas de acesso.
- 2.12.47. Implementar listas de acesso para o tráfego entrante e saindo.
- 2.13. Segurança**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

2.13.1. Implementar Syslog Local e Remoto, com capacidade de armazenamento de no mínimo 300 mensagens locais.

2.13.2. Implementar múltiplos servidores Syslog remotos.

2.13.3. Implementar RFC 1492 TACACS+.

2.13.4. Implementar RFC 2138 RADIUS Authentication.

2.13.5. Implementar RFC 2139 RADIUS Accounting.

2.13.6. Implementar autenticação dos administradores de rede usando RADIUS e TACACS+.

2.13.7. Implementar mecanismos de AAA (Authentication, Authorization e Accounting) com garantia de entrega.

2.13.8. Implementar mecanismo para controlar quais comandos usuários ou grupos de usuários podem emitir.

2.13.9. Implementar autenticação mútua entre o servidor AAA e o cliente AAA.

2.13.10. Implementar recursos de segurança conforme IEEE 802.1X.

2.13.11. Suportar a autenticação de múltiplos usuários via 802.1x, sendo 1024 usuários por equipamento e 256 usuários por porta.

2.13.12. Implementar RFC 1305 Network Time Protocol (Version 3) ou RFC 2030 –Simple Network Time Protocol (version 4).

2.13.13. Implementar o policiamento ou controle de acesso ao plano de controle.

2.13.14. Implementar recursos contra ataques do tipo Denial of Service.

2.13.15. Todos os requisitos, exceção àqueles de capacidade (prefixo IP e MAC), devem ser atendidos de forma concomitante, ou seja, a conformidade de um requisito não pode afetar a disponibilidade dos demais.

2.13.16. Implementar limites máximos de MAC por interface.

2.13.17. Implementar limites máximos de MAC por VLAN/bridge domain.

2.13.18. Deverá Implementar os mecanismos de proteção aos protocolos L2 contra ataques de rede com limitação de banda para tráfegos de broadcast (storm), multicast e destination lookup failure (DLF). Quando um Mac de destino não se encontra na tabela FDB ocorre o DLF e então o pacote é descartado.

2.13.19. Implementar taxa máxima de Broadcast, Multicast e Unicast-desconhecido controlada por porta (storm control).

2.14. Suporte Técnico

Durante a vigência da garantia, o suporte técnico, disponibilização de atualizações de firmware e possíveis manutenção em assistência técnica/fábrica deverão ser prestadas pelo fabricante do produto. O suporte técnico remoto, em horário comercial (8x5) e disponibilização de atualizações de firmware, não devem ser cobradas, inclusive, após o período da vigência da garantia.

ITEM 03. MICRO VENTILADOR PARA SWITCH DM410

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

3.1.1 Micro ventilador, compatível com Switches Datacom da Família DM4100, com as seguintes dimensões 40x40x20mm, alimentado por 12V, potência de 3,36W e cabo de 80mm com conector.

3.1.2 A compatibilidade, deste micro ventilador, deverá ser comprovada através de documentação ou declaração do fabricante do switch.

ITEM 04. MÓDULO ALIMENTAÇÃO AC/DC

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

4.1.1 Fonte de alimentação modular de alto desempenho, compatível com Switches



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

Datacom da Família DM4100, operando com tensão de entrada de 100 a 240 VCA, em frequência de 50/60 Hz, permitindo ampla compatibilidade com diferentes padrões de rede elétrica.

4.1.2 Possui tensão de saída de 12 VCC e é capacidade de fornecer uma corrente máxima de 7 A e potência nominal de 85W.

4.1.3 A compatibilidade, dessa fonte, deverá ser comprovada através de documentação ou declaração do fabricante do switch.

QUANTIDADES ESTIMADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	SWITCH DM4100 ETH20GT+4GC+L3	50
2	SWITCH DM4100 ETH24GX+4GX+L3	5
3	MÓDULO DE ALIMENTAÇÃO AC/DC PSU-85	110
4	MICROVENTILADOR FAN 40x40x20MM	100

Diante do fato de que a futura ata de registro de preços poderá ser prorrogada por mais 12(doze) meses, conforme artigo 84 da Lei 14.133/2021, as quantidades para efeito de formulação de propostas, **JÁ SÃO PARA ATÉ 24(VINTE E QUATRO) MESES DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias úteis a contar da data do pedido.

Locais de entrega: Serão especificados nas autorizações de fornecimento.

Garantia / Condições de Assistência Técnica:

Os equipamentos deverão possuir garantia integral contra defeitos de fabricação e suporte técnico especializado, incluindo o fornecimento de atualizações de firmware e software de forma vitalícia, sem qualquer ônus ou custos de licenciamento para o Município.

Para assegurar o acesso oficial à assistência técnica e ao suporte direto da fábrica, a licitante deverá comprovar obrigatoriamente ser parceira autorizada Datacom.

Em casos de necessidade de reparo ou substituição junto ao fabricante, o fornecedor deverá intermediar e garantir todo o processo logístico de forma vitalícia, viabilizando a emissão da nota fiscal de remessa para conserto em nome do Município (proprietário do bem) ou realizando o trâmite diretamente sob sua responsabilidade, assegurando a rastreabilidade e o retorno do equipamento.

Requisitos da contratação:

Deverão ser anexados os catálogos e / ou ficha técnica dos itens, PARA QUE SE VERIFIQUE SE OS ITENS A SEREM ENTREGUES ESTÃO EM CONFORMIDADE COM O CATÁLOGO APRESENTADO E COM O EDITAL, BEM COMO MANUAIS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E OPERAÇÃO, JUNTO COM A PROPOSTA ESCRITA.

A DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ ESTAR DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL E EM LÍNGUA INGLESA OU PORTUGUESA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento:

Com as aquisições, espera-se a consolidação de uma infraestrutura de rede municipal resiliente e eficiente, garantindo a continuidade da topologia em anel e a plena interoperabilidade nativa com os ativos já instalados. Objetiva-se manter a eficiência operacional por meio do gerenciamento unificado via software centralizado, o que assegura respostas rápidas a incidentes e elimina riscos de incompatibilidade lógica. Além disso, a atualização viabilizará a modernização de componentes em fim de vida útil e a expansão da capilaridade da rede para novas unidades administrativas, otimizando os recursos públicos ao garantir suporte e atualizações de segurança essenciais sem custos adicionais de licenciamento

Providências a serem adotadas pela Administração

As providências a serem tomadas serão a apresentação de toda a documentação para a edição do edital contendo no mínimo 3 planilhas orçamentárias para balizamento do pregão.

Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade (artigo 6º, XXIII, F, da Lei 14133/2021):

A fiscal e a gestora da ata serão responsáveis pelo acompanhamentos das entregas, bem como todos os trâmites envolvidos, tais como: pagamento, documentações, etc.

Critérios de medição e de pagamento:

Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: as notas fiscais processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 15 serão pagas até o dia 30 do mesmo mês, as processadas entre os dias 16 à 31 serão pagas até o dia 15 do mês subsequente.

Forma e critérios de seleção do fornecedor (art. 6º, XIII, h, da Lei 14.133/2021):

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, e critério de julgamento pelo menor preço global por lote. No edital constam o detalhamento das exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro.

Orçamento estimado art. 18, IV, e art. 6º, XIII, i, Lei 14.133/2021): Os valores medianos de mercado encontram-se abaixo, e serão os valores MAXIMOS a serem pagos para cada item.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	SWITCH DM4100 ETH20GT+4GC+L3	50	18.330,16	916.508,00
2	SWITCH DM4100 ETH24GX+4GX+L3	5	19.228,20	96.141,00
3	MÓDULO DE ALIMENTAÇÃO AC/DC PSU-85	110	1.318,79	145.066,90
4	MICROVENTILADOR FAN 40x40x20MM	100	440,00	44.000,00

A presente aquisição consta com os devidos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

Adequação orçamentária: Por tratar-se de registro de preços, as dotações orçamentárias serão disponibilizadas conforme demanda e disponibilidade de orçamento.

Descrição De Possíveis Impactos Ambientais E Respectivas Medidas Mitigadoras, Incluídos Requisitos De Baixo Consumo De Energia E De Outros Recursos, Bem Como Logística Reversa Para Desfazimento E Reciclagem De Bens E Refugos, Quando Aplicável

Por Tratar-Se De Equipamentos de Informática Será Instruído Para Que O Descarte Seja Realizado Conforme As Orientações Ambientais Vigentes.

Santa Gertrudes, 11 de maio de 2026.

Lázaro Noé da Silva
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

PREGAO ELETRONICO 11/2026 - RETIFICADO

ANEXO II – FORMULÁRIO DE DECLARAÇÕES E DADOS DA PROPOSTA FINANCEIRA

Declaramos expressamente que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento de materiais, mão de obra, implantação e manutenção de escritório/almoxarifado, manutenção e operação de equipamentos e veículos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições fiscais, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, domingos e feriados e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, constituindo-se, portanto, na única remuneração a ser paga pela Prefeitura pelo fornecimento dos produtos objeto da presente licitação.

Declaramos que assumimos o fornecimento dos itens, por nossa conta e risco, ficando sob nossa inteira e exclusiva responsabilidade a entrega dos mesmos diretamente nos locais a serem especificados nas autorizações de fornecimento.

Declaramos que os itens ofertados por nossa empresa, atendem rigorosamente, as especificações exigidas no Termo de Referência – ANEXO I e às normas técnicas aplicáveis à espécie.

Declaramos que essa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta, conforme art. 63, IV, da Lei 14.133/2021.

I) Dados Cadastrais da empresa:

Razão Social: _____

Endereço: _____

Município: _____ Bairro: _____ Estado: _____

Telefone: (____) _____ Telefax: (____) _____

CNPJ (MF): _____

Inscrição Estadual: _____

Tipo de Registro: (Registro em Cartório ou Registro na Junta Comercial ou Registro na OAB): _____

Número do Registro: _____

Data do Registro: _____

E-mail _____

INSTITUCIONAL: _____

II) Dados cadastrais do representante legal da empresa que assinará a ata de registro de preços:

1. Nome: _____

2. Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

3. CPF: _____ RG: _____

4. Endereço: _____ Bairro: _____

5. Município: _____ Estado: _____ CEP: _____

6. Telefone: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

7. E-mail INSTITUCIONAL:

8. E-mail PESSOAL:

9. Data de nascimento: / /

10. Função do Responsável:

11. Participação do Responsável na empresa (%):

12. Data da inclusão do sócio na empresa:

III) Dados cadastrais de TODOS OS REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA:

1.Nome:

2.Nacionalidade:

Estado Civil:

3.CPF:

RG:

4.Endereço:

Bairro:

5.Município:

Estado:

CEP:

6.Telefone:

7. E-mail INSTITUCIONAL:

8. E-mail PESSOAL:

9.Data de nascimento: / /

10.Função do Responsável:

11.Participação do Responsável na empresa (%):

12.Data da inclusão do sócio na empresa:

Dados Bancários: Banco: _____; Agência: _____; Conta Corrente: _____

Condições de pagamento: as notas fiscais após processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 15 serão pagas até o dia 30 do mesmo mês, as processadas entre os dias 16 à 31 serão pagas até o dia 15 do mês subsequente.

Validade da proposta: _____ (_____) dias corridos (mínimo 60 dias)

Prazo de entrega dos materiais: em até 30 (trinta) dias úteis a contar da data do pedido.

Locais de Entrega: Serão especificados em cada autorização de fornecimento.

Garantia / Condições de Assistência Técnica:

Os equipamentos deverão possuir garantia integral contra defeitos de fabricação e suporte técnico especializado, incluindo o fornecimento de atualizações de firmware e software de forma vitalícia, sem qualquer ônus ou custos de licenciamento para o Município.

Para assegurar o acesso oficial à assistência técnica e ao suporte direto da fábrica, a licitante deverá comprovar obrigatoriamente ser parceira autorizada Datacom.

Em casos de necessidade de reparo ou substituição junto ao fabricante, o fornecedor deverá intermediar e garantir todo o processo logístico de forma vitalícia, viabilizando a emissão da nota fiscal de remessa para conserto em nome do Município (proprietário do bem) ou realizando o



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

trâmite diretamente sob sua responsabilidade, assegurando a rastreabilidade e o retorno do equipamento.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

Nome Completo: _____

Cargo: _____





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

PREGÃO ELETRONICO 11/2026 - RETIFICADO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

À
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes
Avenida São Cristóvão, nº 56 – Jardim Luciana
Santa Gertrudes - SP

A empresa _____, estabelecida
na _____, Bairro _____, CEP:
_____, Telefone (_____) _____, inscrita com CNPJ
_____, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador)
_____, portador do RG _____ e do CPF
_____, no uso de suas atribuições legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei,
que:

1. Inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea, impedida ou suspensão de licitar ou contratar com a administração pública, em quaisquer de suas esferas e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;
2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos;
3. Concorde com a divulgação dos dados pessoais dos representantes da empresa e da empresa em contratos e documentos afins à esta licitação, com base no princípio da transparência, e que atenderá **TODAS AS EXIGÊNCIAS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) Nº 13.709/2018;**
4. É Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência a que faz jus no procedimento licitatório em epígrafe **(quando for o caso);**
5. Nenhum servidor público integra o corpo diretivo ou é funcionário desta empresa e que não possui em quadro societário qualquer relação de parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive parentesco por afinidade, aí abrangidos cônjuges ou companheiros, avós, pais, filhos, irmãos, tios e sobrinhos, alcançando, ainda, o parente colateral de terceiro grau do cônjuge ou companheiro, de quaisquer das pessoas ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento, em especial, do Prefeito Municipal, dos Vereadores, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Chefes de Gabinete, do Procurador-Geral do Município ou cargo equivalente, de Juízes de Direito e de Membros do Ministério Público, abrangendo a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

Administração Direta e as autarquias e fundações públicas do Município de Santa Gertrudes, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas (nepotismo cruzado) que estarão impedidos de participar da presente licitação;

6. Cumpre as exigências de servas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme artigo 63, IV, da Lei 14.133/2021;
7. Tem pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme artigo 63, I, da Lei 14.133/2021;
8. Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme artigo 67, VI, da Lei 14.133/2021;
9. Não tem contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, parágrafo 2º, da Lei 14.133/2021 (NO CASO DE ME E EPP).

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: _____

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

PREGÃO ELETRÔNICO 11/2026 - RETIFICADO

ANEXO IV – TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIACÕES DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- I. Tomar conhecimento de cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- IV. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.
- V. Pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5. **(cláusula facultativa – para caso de uso de Célula de Apoio (Corretoras))** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- I. Declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- II. Apresentar lance de preço;
- III. Apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- IV. Solicitar informações via sistema eletrônico;
- V. Interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- VI. Apresentar e retirar documentos;
- VII. Solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII. Assinar documentos relativos às propostas;
- IX. Emitir e firmar o fechamento da operação; e
- X. Praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Célula de Apoio (corretora):
Endereço:
CNPJ:

6. O presente Termo de Adesão é válido por 12 meses, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

PREGÃO ELETRONICO 11/2026 - RETIFICADO

ANEXO V - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES

CONTRATADA: _____

OBJETO: Registro de Preços de switches de alto desempenho e alta disponibilidade e periféricos, conforme demanda e conforme descrição pormenorizada contida no Anexo I a este Edital.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo <https://doe.tce.sp.gov.br>, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DA ATA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

PREGÃO ELETRÔNICO 11/2026 - RETIFICADO

ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA A AQUISIÇÃO DE SWITCHES DE ALTO DESEMPENHO E ALTA DISPONIBILIDADE E PERIFÉRICOS, CONFORME DEMANDA E CONFORME DESCRIÇÃO PORMENORIZADA CONTIDA NO ANEXO I A ESTE EDITAL

DATA: ____ de ____ de 2026.

PRAZO: até 12(doze) meses corridos, com possibilidade de prorrogação, por igual período, conforme artigo 84, da Lei Federal 14.133/2021.

VALOR GLOBAL ESTIMATIVO: R\$ _____.

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico 11/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ____/2026.

Cláusula 1ª - DAS PARTES

1.1. A Prefeitura do Município de Santa Gertrudes, inscrita com CNPJ 45.732.377/0001-73, com sede à Avenida São Cristóvão, nº 56 – Jardim Luciana, Santa Gertrudes/SP, E-mail: gabinete@santagertrudes.sp.gov.br, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Lázaro Noé da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua 04, nº 1.062, Centro, Santa Gertrudes/SP, CEP.: 13.510-011, portador do CPF 017.301.528-05 e do RG 12.798.377-6, E-mail: drogagino@uol.com.br, adiante designada simplesmente PREFEITURA, e;

1.2. A empresa _____, inscrita com CNPJ _____, com sede a Rua/Avenida _____, _____, Bairro _____, _____/_____, CEP: _____, Telefone (_____) _____, E-mail **INSTITUCIONAL**: _____, Conta Jurídica: _____, adiante designada simplesmente CONTRATADA, por seu representante legal, _____, nacionalidade, estado civil, portador do CPF _____ e do RG _____, residente e domiciliado a Rua/Avenida _____, _____, Bairro _____, _____/_____, CEP: _____, E-mail **PESSOAL**: _____, ajustam o seguinte:

Cláusula 2ª - DO OBJETO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer à PREFEITURA, de forma parcelada, a pedido e a critério da PREFEITURA, **switches de alto desempenho e alta disponibilidade e periféricos**, conforme discriminação e estimativa **ANEXA**, que fica fazendo parte integrante e indissociável do presente instrumento contratual.

Cláusula 3ª - DO VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Pelo fornecimento dos **itens** _____ referidos no item 2.1. (conforme listagem do Anexo I), a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor global de **R\$** _____ (_____).

3.2. Nos preços estão inclusas, além do lucro, as despesas de fornecimento dos produtos, mão-de-obra, carga, seguros, impostos, taxas, transportes, manutenção, despesas de escritório e expediente e quaisquer outras despesas que estejam, direta ou indiretamente, relacionadas com a execução total desta ata de registro de preços.

Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: As notas fiscais devidamente atestadas pela unidade requisitante e processadas pela contabilidade, entre os dias 01 à 15 serão pagas até o dia 30 do mesmo mês, as processadas entre os dias 16 à 31 serão pagas até o dia 15 do mês subsequente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

4.1.1. A Prefeitura, através da tesouraria, fará as retenções dos valores correspondentes às obrigações previdenciárias, tributárias e fiscais, conforme o caso, de acordo com a legislação que disciplina a matéria, sendo que, as guias dos valores retidos serão devidamente recolhidas e encaminhadas suas cópias reprográficas a empresa contratada.

4.1.2. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

4.1.3. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 4.1 será contado da data de entrega da referida correção.

4.1.4. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, cujos dados deverão estar indicados na proposta financeira da licitante.

4.2. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

4.3. Em eventuais atrasos no pagamento, por prazo superior a 30 dias, quando por culpa da Prefeitura, a partir de então, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IGPM/FGV/SP, ou outro índice que venha substituí-lo, a critério da Prefeitura.

4.4. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

Cláusula 5ª - DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **até 12 (doze) meses corridos e consecutivos**, contado a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, conforme artigo 84, da Lei Federal 14.133/2021.

Cláusula 6ª - DAS RESPONSABILIDADES DA PARTES

6.1. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes desta ata e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações abaixo:

6.1.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que possam causar à PREFEITURA, coisas ou pessoas de terceiros, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente.

6.1.2. A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar a procedência e a qualidade dos produtos / serviços entregues.

6.1.3. A PREFEITURA, através do Departamento de TI, poderá em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos produtos / serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA repô-los às suas expensas.

6.1.4. Manter preposto aceito pela Administração para representa-la na execução da ata;

6.1.4.1. A indicação ou manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pela fiscal ou gestora da ata ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por ele solicitados (art. 137, II, da Lei 14.133/2021);

6.1.6. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados ao perfeito cumprimento das cláusulas da ata, fornecendo materiais, equipamentos, ferramentas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelos fiscais da ata, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução da ata pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia (se houver), o valor correspondente aos danos sofridos;

6.1.9. Não contratar, durante a vigência da ata, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou da fiscal ou gestora da ata, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

6.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela ata, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade do contratante;

6.1.11. Comunicar aos fiscais de ata, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique;

6.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

6.1.13. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da ata;

6.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

6.1.16. Submeter, previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

6.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos, nem permitir a utilização do menor de 18 anos com trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.18. Comprovar a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021), através de documento hábil, no prazo fixado pelos fiscais da ata, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

6.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata;

6.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei 14.133/2021;

6.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do contratante.

6.1.22. Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

6.1.23. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, art. 92, XVII, da Lei 14.133/2021.

6.1.24. Prazo de entrega dos itens: até 30 (trinta) dias úteis a contar da data do pedido.

6.1.25. Locais de Entrega: serão discriminados nas autorizações de fornecimento.

6.1.26. Garantia / Condições de Assistência Técnica:

6.1.26.1. Os equipamentos deverão possuir garantia integral contra defeitos de fabricação e suporte técnico especializado, incluindo o fornecimento de atualizações de firmware e software de forma vitalícia, sem qualquer ônus ou custos de licenciamento para o Município.

6.1.26.2. Para assegurar o acesso oficial à assistência técnica e ao suporte direto da fábrica, a licitante deverá comprovar obrigatoriamente ser parceira autorizada Datacom.

6.1.26.3. Em casos de necessidade de reparo ou substituição junto ao fabricante, o fornecedor deverá intermediar e garantir todo o processo logístico de forma vitalícia, viabilizando a emissão da nota fiscal de remessa para conserto em nome do Município (proprietário do bem) ou realizando o trâmite diretamente sob sua responsabilidade, assegurando a rastreabilidade e o retorno do equipamento

6.1.27. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

6.1.28. **A CONTRATADA se responsabiliza por cumprir todas as exigências do edital e do Anexo I.**

6.2. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

6.2.1. Fornecer informações e proporcionar todas as condições necessárias para a perfeita entrega dos produtos, exceto aquelas definidas como de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;

6.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, a fim de verificar se estão sendo observadas as especificações e demais requisitos previstos em ata e no instrumento convocatório;

6.2.3. Indicar o servidor responsável pelo acompanhamento da execução desta ata;

6.2.4. Constatada a regularidade dos procedimentos, liberar o pagamento pelo fornecimento dos itens;

6.2.5. Comunicar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade nos produtos,

6.2.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com a ata e seus anexos;

6.2.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.2.8. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.2.9. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

6.2.10. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas na presente ata;

6.2.11. Aplicar a Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da ata;

6.2.12. Cientificar a Procuradoria do Município para adoção de medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

6.2.13. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.2.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

6.2.15. A fiscalização desta ata de registro de preços será realizada por Suellen Caroline Rosa de Aguiar dos Santos - fiscal da ata, que deverá respeitar o art. 117 da lei 14.133/2021, sobre suas atribuições e o decreto municipal 2.464/2024.

6.2.16. A gestão desta ata de registro de preços será realizada por Adriana Margarth Lotumolo – Secretária Municipal de Administração que deverá respeitar suas atribuições previstas decreto municipal 2.464/2024.

Cláusula 7ª - DAS PENALIDADES

7.1. A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma lei.

7.2. O licitante ou contratado(a) será responsabilizado administrativamente pelas infrações elencadas no art. 155, da Lei 14.133/2021, e, especificamente:

7.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame (Art. 155, IV), ou não entregar quaisquer documentos que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

7.2.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (art. 155, V), em especial quando:

7.2.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

7.2.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

7.2.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

7.2.2.4. deixar de apresentar amostra (se solicitada);

7.2.2.5. apresentar proposta ou amostra (se solicitada) em desacordo com as especificações do edital.

7.2.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

7.2.3.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

7.2.3.2. apresentar amostra (se solicitada) falsificada ou deteriorada;

7.2.3.3. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

7.2.3.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.2.3.5. praticar ato lesivo no art. 5º da Lei 12.846/2013

7.2.3. Aos responsáveis pelas infrações administrativas poderão ser aplicadas as seguintes sanções, conforme art. 156, da Lei 14.133/2021:

7.2.3.1. Advertência;

7.2.3.2. Multa de 10%(dez) por cento do valor TOTAL da ata de registro;

7.2.3.2.1. Se o valor da multa não for recolhido, será automaticamente descontado dos valores a que a contratada fizer jus, acrescido de juros moratórios de 1%(um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

7.2.3.3. Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo de até 03(três) anos, que será publicado em imprensa oficial e registrado no cadastro da empresa.

7.2.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de até 06(seis) anos.

7.2.4. É admitida a reabilitação do licitante ou ata respeitando-se o que diz o art. 163, da Lei 14.133/2021.

7.3. Respeitar-se-á os prazos e procedimentos descritos no Título IV - Capítulo I da Lei 14.133/2021.

7.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de até 05(cinco) dias úteis da ciência da homologação/adjudicação a ocorrer mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções, e a perda de garantia da proposta em favor deste ente federativo(nos casos que houver).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

Cláusula 8ª - DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Esta ata poderá ser rescindida totalmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à CONTRATADA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

8.1.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua firma dissolvida ou deixar de existir;

8.1.2. Transferir, no todo ou em parte, o objeto desta ata, sem prévia autorização da PREFEITURA;

8.1.3. Paralisar a entrega dos produtos durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

8.1.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a as entregas;

8.1.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução da ata.

8.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de extinção da ata, de acordo com o disposto no artigo 137, da Lei Federal Nº: 14.133/2021 e alterações.

Cláusula 9ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. As despesas originadas por esta licitação serão atendidas pelas dotações orçamentárias pertinentes, de acordo com a Secretaria solicitante e com o prazo da Ata de Registro de Preços.

9.2. Por tratar-se de registro de preços, as dotações orçamentárias serão disponibilizadas conforme demanda e secretaria, ao longo do período da ata.

Cláusula 10ª - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

10.1. O preço proposto é fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses corridos e consecutivos.

10.1.1. Na hipótese de prorrogação da ata, e após o decurso do prazo acima, o preço **PODERÁ SER REAJUSTADO**, com data-base vinculada à data do orçamento estimado mais antigo, utilizando-se como parâmetro de reajuste os índices autorizados pelo IGPM/FGV/SP ou índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 25, parágrafo 7º e 92, parágrafo 3º, da Lei 14/133/2021).

10.1.2. Para que haja o reajuste acima descrito, **deverá haver solicitação formal pela CONTRATADA, antes do término da vigência contratual**, para que o mesmo seja encaminhado a Secretaria gestora, para deferimento ou indeferimento.

10.1.3. Como o reajuste é um registro que não caracteriza alteração da ata, previsto no termo contratual, será realizado por apostila (art. 136, I, da Lei 14.133/2021).

10.2. Em qualquer hipótese, é assegurado à contratada o direito de pleitear recomposição para restabelecer e manter o equilíbrio econômico financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, desde que preenchido os pressupostos legais autorizadores habitados no artigo 104, parágrafo 2º, artigo 124, II “d”, artigo 130 e artigo 131, parágrafo único, da Lei Federal 14.133/2021.

Cláusula 11ª - DO SUPORTE LEGAL

11.1. Esta ata é regulamentada pelos seguintes dispositivos legais:

11.1.1. Constituição Federal;

11.1.2. Lei Orgânica Municipal;

11.1.3. Lei Federal Nº: 14.133/2021;

11.1.4. Lei Federal Nº: 8.880/94;

11.1.5. Lei Federal Nº: 8.883/94;

11.1.6. Lei Federal Nº: 9.032/95;

11.1.7. Lei Federal Nº: 9.069/95;

11.1.8. Lei Federal Nº: 9.648/98;

11.1.9. Lei Federal Nº: 9.854/99;

11.1.10. Lei Complementar Nº: 123/2006;

11.1.11. Lei Federal Nº: 12.440/2011;

11.1.12. Lei Complementar Nº: 147/2014;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

ESTADO DE SÃO PAULO

“Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos”

- 11.1.13. Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014;
- 11.1.14. Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014;
- 11.1.15. Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- 11.1.16. Decreto 10.024/2019;
- 11.1.17. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive, os princípios gerais

de Direito.

Cláusula 12ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1. Não será permitida a entrega dos produtos sem a emissão da respectiva Ordem de Entrega pela unidade requisitante.

12.2. Aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 137, da Lei Federal Nº: 14.133/2021 e alterações.

12.3. Para os casos omissos nesta ata prevalecerão as condições e exigências da respectiva licitação e demais disposições em vigor.

12.4. A CONTRATADA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente, sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto desta ata, não terá vínculo empregatício algum com a PREFEITURA.

12.5. Fica expressamente proibida a subcontratação total do objeto desta ata.

12.6. A CONTRATADA assume total responsabilidade pela execução integral desta ata, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

12.7. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata.

12.8. **As dúvidas surgidas na aplicação desta ata, bem como os casos omissos e gestão das atas serão solucionados pelas pessoas designadas no item 6.2.16.,** ouvidos os órgãos técnicos especializados, ou profissionais que se fizerem necessários.

12.9. A CONTRATADA deverá manter e-mail atualizado para o envio de notificações.

12.9.1. As comunicações realizadas através do e-mail cadastrado serão consideradas válidas e perfeitas na data do envio com a juntada do comprovante do envio no processo licitatório.

12.10. Prevalecerá esta ata no caso de haver divergências entre ela e os documentos eventualmente anexados.

12.11. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução desta ata não resolvidos administrativamente.

12.12. Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

Lázaro Noé da Silva
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

1. Suellen Caroline Rosa de Aguiar dos Santos
2. Adriana Margareth Lotumolo